

Principais alterações no Imobilizado em 2012: baixas de bens móveis obsoletos e inservíveis, cujo resultado líquido, está apresentado na Demonstração de Resultado pela perda de R\$ 264; adição em edificações de R\$ 17.424 referente ao encerramento da obra de adequação da subestação de energia na Unidade de Ituiutaba.

Na conta "obras em andamento" estão registrados os valores de 8 (oito) parcelas pagas no total de R\$ 293.920 referente ao processo de aquisição e montagem do elevador do Silo 01 da Unidade de Uberlândia.

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES FISCAIS (Passivo Circulante)		
	2012	2011
IRRF/COFINS/PIS/Outros Impostos Retidos	348.099	138.092
Imposto s/ Serviço Qualquer		
Natureza - ISSQN	88.900	84.684
Imposto s/ Circulação de Mercadorias - ICMS	2.100	-
IPTU e outras taxas Municipais	25.244	15.662
TOTAL	464.343	238.438

Os saldos de IRRF/COFINS/PIS e outros impostos retidos referem-se à provisão de impostos da competência de outubro a dezembro/2012 a serem pagos.

O valor do IPTU de R\$ 25.244 dos exercícios de 2010 a 2012 e parte do ISSQN de R\$ 70.085 relativos aos exercícios de 2005 a 2012, referem-se aos valores a compensar do acordo firmado através da Escritura de Quitação e Compensação de Débitos Recíprocos não cumpridos pelo Município de Frutal, cuja ação foi ajuizada pela Companhia.

NOTA 17 - PARCELAMENTO DA LEI 11.941/2009 (Passivo Circulante e Não Circulante) - Esta conta é composta por débitos de INSS, COFINS, PIS e FUNDAF de exercícios anteriores a 2000 incluídos no REFIS cuja dívida foi reparcada em cento e vinte (120) meses conforme consolidação em 2011 pela Receita Federal do Brasil-RFB, nos termos da Lei nº 11.941/2009, sendo a mesma atualizada com juros devidamente apropriados em conta de Resultado. Abaixo os saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	2012	2011
Dívida Consolidada	2.313.047	2.046.006
(-) Pagamento de parcelas no exercício	(251.289)	(220.920)
(+) Apropriação de juros	134.166	487.961
Saldo devedor do parcelamento	2.195.924	2.313.047
Dividido em:		
Passivo Circulante	266.011	241.361
Exigível em Longo Prazo	1.929.913	2.071.686
Total	2.195.924	2.313.047

NOTA 18 - PARCELAMENTO CEMIG (Passivo Circulante e Não Circulante) - O saldo de R\$ 662.161 em 2012 se refere a 21 (vinte e uma) parcelas restantes de R\$ 31.531 dos contratos de parcelamentos de números: 8008224894; 59195917 e 8008214903 acordados com a CEMIG em 14/09/2012, conforme demonstramos a seguir:

Dívida Consolidada	807.770
(-) Pagamentos de parcelas no exercício	(145.608)
Saldo devedor do parcelamento	662.161
Dividido em:	
Passivo Circulante	372.777
Exigível em Longo Prazo	289.384
Total	662.161

PARER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE ARMAZÊNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Balanço Patrimonial, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Tendo por base o Parecer dos Auditores Independentes, STAFF AUDITORIA E ASSESSORIA EPP, manifesta-se pelo encaminhamento da documentação à Assembleia Geral dos Acionistas, por entender que as demonstrações refletem em todos os aspectos relevantes, as situações patrimonial, financeira e de gestão da Empresa, ressalvadas

NOTA 19 - JUROS A APROPRIAR (Passivo Circulante) - O saldo de R\$ 100.745 em 2012 é referente à apropriação de juros sobre as 21 (vinte e uma) parcelas restantes do parcelamento acordado em 14/09/2012 com a CEMIG (Nota 18) que serão pagos até setembro de 2014.

NOTA 20 - PARCELAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E NÃO PREVIDENCIÁRIOS (Passivo Circulante e Não Circulante) - O saldo de R\$ 1.083.262 é composto pelos seguintes parcelamentos:

	Não Previdenciários	Previdenciários
Dívida Consolidada	450.359	704.733
(-) Pagamentos de parcelas no exercício	(58.174)	(25.062)
Apropriação de juros Selic	6.576	4.830
Saldo devedor do parcelamento	398.761	684.501
Dividido em:		
Passivo Circulante	228.105	177.416
Exigível em Longo Prazo	170.656	507.085

NOTA 21 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS / CÍVEIS/ACORDOS TRABALHISTAS (Passivo Circulante e Não Circulante)

A Companhia mantém a provisão para contingências de R\$ 1.285.098, sendo: R\$ 157.430 de contingências trabalhistas em curto prazo e R\$ 1.127.668 de ações cíveis, divididos em R\$ 329.000 em curto prazo e R\$ 798.668 em longo prazo. Também estão registrados no Passivo Circulante os saldos remanescentes de acordos trabalhistas firmados em 2012 no valor de R\$ 800.388.

NOTA 22 - REVERSÃO DE PROVISÕES CONSTITUÍDAS (Redutora de Despesas Administrativas) - O saldo em 2012 de R\$ 36.895 refere-se à reversão de provisão de contingências trabalhistas, conforme informado através de relatório técnico da Assessoria Jurídica - ASJUR.

NOTA 23 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS (Conta de Resultado) - O saldo registrado em 2012 de R\$ 39.378 é demonstrado pelo quadro abaixo, sendo as de maior relevância: Perdas no recebimento de créditos de R\$ 10.113 sobre os débitos vencidos até 31/12/2010 e Pis/Cofins de R\$ 29.243 sobre as receitas oriundas de Concessão de Direito Real de Uso.

	2012	2011
Descontos concedidos	22	131
PIS/COFINS sobre demais receitas	29.243	46.092
Perdas no recebimento de créditos	10.113	1.018.798
Indenização a clientes	-	141.362
TOTAL	39.378	1.206.384

NOTA 24 - CAPITAL SOCIAL - Em dezembro de 2012, o capital social de R\$ 26.814.711, é formado por 94,87% em ações ordinárias e 5,12% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte: Governo Federal (92,6%); CONAB (7,05%); BDMG (0,21%); Outros (0,14%).

NOTA 25 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - Em 2012, houve ajustes de exercícios anteriores no período de R\$ 47.205. A Companhia tinha registrado em dezembro de 2011 o valor de R\$ 121.757 na conta de INSS a Compensar relativo ao recolhimento de INSS efetuado e incluído indevidamente no REFIS, cujo processo administrativo foi determinado em 12/09/2012 através do Despacho Decisório nº 1.135/ DRF/BHE, onde foi reconhecido o direito credi-

tório de R\$ 74.552,79. Esse valor foi utilizado na compensação de débitos da Companhia. A diferença de R\$ 47.205 registrada e não reconhecida pelo INSS foi contabilizada em prejuízos de exercícios anteriores.

NOTA 26 - DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS - Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 se referem às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, conforme demonstramos abaixo:

	2012	2011
Despesas Financeiras	(529.787)	(597.869)
Juros pagos ou incorridos	205.821	554.102
Multas dedutíveis e indedutíveis	304.489	23.268
Comissões, despesas bancárias e outras	19.477	20.500
Receitas Financeiras	146.421	413.294
Taxa de Permanência	104.846	157.937
Apropriação de juros e multas	35.689	81.134
Renda de aplicação financeira	5.886	104.975
Variação Monetária Ativa	-	69.248
Total	(383.366)	(184.576)

Em 2012, os juros contabilizados decorrem de Parcelamentos, sendo: R\$ 134.166 sobre a dívida da Lei 11.941/2009; R\$ 21.064 dos contratos de parcelamentos com fornecedor; R\$ 9.338 do Parcelamento Previdenciário e R\$ 5.756 do Parcelamento Não Previdenciário. E ainda, os juros sobre pagamentos em atraso de fornecedores e impostos no decorrer do ano.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Administradores da
COMPANHIA DE ARMAZÊNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE ARMAZÊNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

As multas contabilizadas são oriundas principalmente dos Parcelamentos Previdenciários: R\$ 115.898 e Não Previdenciários: R\$ 75.884 e o restante são sobre impostos e fornecedores pagos em atrasos no exercício.

NOTA 27 - DOS RESULTADOS - Em 2012 causou impacto negativo no Resultado do Exercício principalmente o montante de R\$ 1.130.041, sendo: R\$ 1.166.936 proveniente de contingências trabalhistas e cíveis menos a reversão de provisão de contingências: R\$ 36.895 (nota 19) registradas nas Despesas Administrativas, e ainda a despesas com depreciação de R\$ 3.055.620 registradas em Custos Operacionais e Despesas Administrativas.

NOTA 28 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS - Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R\$ 9.744 e R\$ 5.300 respectivamente, e dos empregados são R\$ 9.357 e R\$ 622, respectivamente.

Márcio Luiz da Silva Cunha
 Diretor -Presidente Técnico Operacional
Edson de Jesus dos Santos
 Diretor Administrativo
Flávio Luiz Rodrigues
 Diretor Financeiro

Contador (a):
Marcelly Aparecida da Silva
 CRC: MG: 087817/O -3

contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva: A Administração da companhia não efetuou o teste de recuperação dos valores registrados no imobilizado e intangível (teste de impairment), bem como a determinação das novas taxas de depreciação, do valor residual e do tempo de vida útil remanescente, conforme descrito no CPC 27, com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da companhia ou pela sua venda. O cálculo da depreciação não foi efetuado conforme as normas contábeis vigentes. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 27 e ICP 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ARMAZÊNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase: Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 27 às demonstrações contábeis, onde as contingências trabalhistas e cíveis causaram grande impacto no resultado negativo do exercício e também em virtude de prejuízos ocorridos em exercícios anteriores a 2012. As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa no curso normal de suas atividades. Tal condição indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da empresa.

Campinas, 07 de março de 2013.

STAFF
 AUDITORIA E ASSESSORIA
 CIRCUNSCRITO 1

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
 CTCRC1SP242826/O-3
 Sócio Responsável